

O lugar da saúde do professor na saúde escolar

Beatriz Colabone Siqueira (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Maria Lucia Boarini
(Orientadora), e-mail: bcsiqueira@outlook.com

Universidade Estadual de Maringá/ Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes/Maringá, PR.

Ciências Humanas – Psicologia

Palavras-chave: Saúde do professor, Saúde escolar, I Congresso Nacional de Saúde Escolar.

Resumo

Atualmente as doenças ocupacionais tem recebido destaque em muitos estudos científicos em função de sua grande incidência. Entre as categorias profissionais mais acometidas por adoecimento físico e/ou psíquico está a dos professores. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é investigar como a temática da saúde do professor tem sido considerada na literatura científica. Como fonte primária e principal deste estudo utilizou-se os Anais do I Congresso Nacional de Saúde Escolar, ocorrido na cidade de São Paulo/SP no ano de 1941. Este evento contou com o apoio e a representação do governo federal e do interventor do estado de São Paulo da época. Após análise rigorosa, à luz dos acontecimentos históricos daquele período, os resultados indicam que do ensino escolar era exigido a prevenção e irradiação de hábitos saudáveis e o professor era um dos responsáveis por esta tarefa. Como desdobramento desta exigência, a preocupação com a saúde do professor esteve atrelada a eficiência do ensino.

Introdução

Atualmente, a saúde do professor tem sido alvo de muitos estudos científicos, devido aos altos índices de adoecimento que tem acometido esta categoria profissional. Em geral, as condições precárias de trabalho, em consonância com o contexto macrossocial somados aos demais problemas escolares podem estar relacionados ao adoecimento da categoria. Estas informações demonstram o quanto essa problemática é atual e justificam o foco dado à saúde do professor nos dias de hoje. No entanto, é possível questionar se em décadas anteriores este já era um tema presente. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é examinar como a temática da saúde do professor tem sido considerada na literatura científica, no Brasil.

Materiais e métodos

Este trabalho caracteriza-se pela modalidade de pesquisa documental, e tomou como objeto de estudo os Anais do I Congresso

Nacional de Saúde Escolar, ocorrido na cidade de São Paulo/SP, no período de 21 a 27 de abril do ano de 1941. Este evento, primeiro e único com esta magnitude, tratou de um amplo leque de questões e um recorte se fez necessário. Portanto, para orientar a leitura, foram definidas a priori as seguintes palavras-chave doença, professor, saúde física e psíquica do professor. Após a leitura dos trabalhos selecionados, as análises foram feitas a luz dos fenômenos sócio-históricos da época.

Resultados e Discussão

Os trabalhos selecionados foram divididos em três categorias, como mostra a tabela a seguir.

Quadro 1 - Quantidade de trabalhos encontrados em cada tema.

Tema	Quantidade de trabalhos
Doenças	41
Formação do professor para a saúde	20
Saúde do professor	11
Outros (repetência escolar, nutrição, caixa escolar...)	124
Total de estudos publicado nos Anais do I CNSE	196
Total de estudos apresentados no I CNSE	214

A primeira categoria apresenta os estudos que tratam das doenças que diante dos poucos recursos médicos e farmacológicos e as precárias condições de vida da população da época, causavam grandes danos à população geral e mais especificamente, à infância. Dentre essas doenças, as que geravam maior preocupação eram as infectocontagiosas como sífilis, tuberculose, coqueluche, lepra (hanseníase), contaminações parasitárias, entre outras. Nesse sentido, no Congresso foram apresentados estudos com foco na incidência destas doenças bem como em suas formas de prevenção. Falou-se também sobre a importância da escola no ensino dos hábitos saudáveis às crianças, como forma de prevenção.

A título de ilustração da precária situação que se encontrava a saúde das crianças especificamente, Moura (1941) apresentou no congresso um estudo sobre as condições de saúde dos escolares de Santos/SP. Relatou que em uma das escolas da cidade, dos 130 meninos examinados e que frequentavam o período da manhã, 128 tinham verminoses, 24 tinham perturbações visuais, 114 necessitavam de atendimento de otorrinolaringologista, 126 necessitavam de tratamento para os dentes e vários apresentavam sinais de sífilis. Das 137 meninas examinadas que frequentavam o período da tarde, 121 tinham verminoses, 08 apresentavam perturbações visuais, 81 precisavam de atendimento de otorrinolaringologista, 88 precisavam de tratamento dentário e 56 sofriam de outras enfermidades.

Em concordância com o que foi apresentado por Moura (1941), dados do IBGE demonstram que no início da década de 1940, as doenças infecciosas e parasitárias eram as maiores causas de morte em todo o Brasil (IBGE, 2003). As discussões ocorridas no Congresso deram ênfase à vulnerabilidade da saúde da criança. No entanto, as precárias condições sanitárias do período e o pauperismo vivido pelas crianças da classe trabalhadora, não receberam a devida atenção.

Diante do contexto social da época, era muito ressaltado o valor da escola como redentora da sociedade que, por meio de ações de educação em saúde, criaria um novo homem - saudável - que levaria o país ao progresso. Em relação à segunda categoria, diversos autores que participaram do Congresso ressaltam a importância do professor na irradiação dos hábitos saudáveis e da educação sanitária.

Os congressistas afirmavam que o professor deveria, além de ensinar os conteúdos, exercer uma ação tutelar para a saúde dos alunos, identificando alunos doentes e contribuindo no tratamento. Para tanto, várias eram as proposições que enfatizavam a necessidade da formação do professor ser modificada para abranger os conteúdos referentes à educação sanitária e prevenção de doenças. Candelaria (1941), por exemplo, defendeu que fosse incluído nas escolas de formação de professores matérias de higiene e enfermagem e a realização de estágios e aulas práticas na área da saúde pelos futuros professores.

Na terceira categoria, têm-se os estudos referentes à saúde do professor. A compreensão apresentada pelos autores que trataram desta temática no Congresso demonstra que o professor precisa ser saudável e ter uma personalidade adequada para exercer tal função, uma vez que sua saúde é considerada um dos aspectos responsáveis pela eficiência do ensino. Portanto, tendo em vista também as necessidades de controle das doenças infectocontagiosas da época, foram defendidas no Congresso formas de controle da saúde do professor por meio de exames médicos periódicos para atestar suas condições de saúde.

Ainda em relação à terceira categoria, é consenso entre os congressistas que o trabalho do professor tem atribuições especiais que o diferencia de outros profissionais. O exercício do magistério é apontado como causador de desgaste físico e mental, devido às atribuições da profissão e dessa forma, foram sugeridas também garantias legais ao professor como a aposentadoria.

A saúde mental dos professores também foi alvo de discussões no congresso. Camargo (1941) afirma que o transtorno mental mais frequente em professores é a psicose maníaco-depressiva e isto se justifica pelas características temperamentais mais comuns no magistério, a saber, expansividade, extroversão, sociabilidade, poder imaginativo entre outras. Por esta razão, este autor sugere que seja feita uma análise integral da personalidade do professor para descartar a possibilidade de psicose. Embora, de modo geral, a profissão seja reconhecida como desgastante pelo Congresso, não é demonstrada uma relação direta entre o seu

exercício e o adoecimento mental e é enaltecido o valor da educação na manutenção da saúde mental.

Conclusões

A preocupação com a saúde do professor em 1941 girava em torno, principalmente, da prevenção e controle das doenças infectocontagiosas da época, que não são as mesmas que preocupam hoje. Atualmente, quando se fala em saúde do professor, fala-se principalmente das doenças ocupacionais, isto é, busca-se verificar a influência do trabalho no processo de adoecimento.

Apesar de tantas décadas transcorridas e importantes mudanças de várias ordens facilmente constatáveis, a sociedade, quase sempre, continua atribuindo à escola e conseqüentemente, ao professor a função de solucionar os problemas individuais do aluno, desconsiderando as condições materiais vivenciadas por ele e pelo sistema educacional que, em geral, estão na origem ou contribuem para a existência dos sérios problemas escolares que cotidianamente chegam ao conhecimento da população.

Agradecimentos

Ao Programa de Iniciação Científica da UEM, PIBIC e ao CNPq.

Referências

MOURA, S. A. L. Condições de saúde dos escolares de Santos (A incidência de verminose entre os alunos das escolas primárias oficiais). In: **Anais do I Congresso Nacional de Saúde Escolar**. 1941. Disponível em: http://www.ppi.uem.br/gephe/CNSE/CNSE_anais_1941Parte1.pdf.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE lança estatísticas de século XX**. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>.

CANDELARIA, J. A saúde do escolar nos meios urbanos e rurais In: **Anais do I Congresso Nacional de Saúde Escolar**. 1941. Disponível em: http://www.ppi.uem.br/gephe/CNSE/CNSE_anais_1941Parte1.pdf.

CAMARGO, O. A incidência das doenças mentais no magistério. In: **Anais do I Congresso Nacional de Saúde Escolar**. 1941. Disponível em: http://www.ppi.uem.br/gephe/CNSE/CNSE_anais_1941Parte1.pdf.